

Modernização capitalista e higienização do trabalho no campo em Joinville: uma análise histórica do periódico *A Agricultura* de Joinville (1933-1938)

Wesley dos Santos Graper¹

Resumo: O periódico *A Agricultura* foi um instrumento político que visava a modernização dos trabalhadores rurais de Joinville. Era vinculado e promovido pela *Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville*, criada em 1934 e posteriormente tornada uma repartição da prefeitura do município, em um contexto de ampliação do controle dos corpos dos trabalhadores para as regiões rurais da cidade em meados de 1932 e 1933. Paralelamente, por parte do poder econômico e político da cidade, havia discursos alegando insatisfações com o atraso da lavoura, apesar da promessa da indústria local. Nesse ínterim, os setores dominantes do município imaginavam os camponeses da cidade de modo majoritariamente negativo. Essa visão ocorria em virtude da não sintonização dos trabalhadores do campo com a lógica mercadológica capitalista e a utopia burguesa modernizadora da época.

Palavras-chave: Higienização. Modernização. Trabalhadores rurais.

CAPITALIST MODERNIZATION AND SANITIZATION OF RURAL LABOR IN JOINVILLE: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE PERIODICAL *A AGRICULTURA* OF JOINVILLE (1933-1938)

Abstract: The periodical *A Agricultura* was a political instrument aimed at modernizing Joinville's rural workers. It was linked to and promoted by the *Joinville Society of Agriculture and Husbandry*, created in 1934 and later made a division of the city government, in a context of expanding control over the bodies of workers to the rural regions of the city in mid-1932 and 1933. At the same time, on the part of the economic and political power of the city, there were speeches alleging dissatisfaction with the backwardness of agriculture, despite the promise of local industry. Meanwhile, the dominant sectors of the municipality imagined the peasants of the city in a mostly negative way. This view was due to the countryside workers not being in tune with the capitalist market logic and the modernizing bourgeois utopia of the time.

Keywords: Sanitization. Modernization. Rural workers.

Introdução

Este artigo se desenvolveu com base no projeto de pesquisa “Modernização e Agricultura na Joinville da década de 1930: Uma análise do periódico *A Agricultura* (1935-1936)”, vinculado à disciplina de Pesquisa Histórica, do curso de História, da Universidade da Região de Joinville - Univille, ao longo do ano de 2021 e 2022. A pesquisa teve como objetivo responder à seguinte pergunta: como foram imaginados os trabalhadores rurais de Joinville nas

¹ Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville - Univille. Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc. Desenvolve pesquisa com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na área de História com foco na Segunda República (1930-1945) e Terceira República (1945-1964) brasileira no estado de Santa Catarina, em interface com a história do tempo presente, História e Imprensa e História e Política.

páginas do periódico *A Agricultura*, que circulou na cidade entre os anos de 1935 e 1936?. As fontes utilizadas foram a imprensa periódica, relatórios da prefeitura, fontes orais e mapas, coletadas nos acervos da Hemeroteca Digital Catarinense, Arquivo Histórico de Joinville e Laboratório de História Oral da Univille. A metodologia empregada para responder ao problema de pesquisa foi o fichamento da bibliografia atinente, bem como a produção de fichas de sistematização e análise das fontes primárias.

O ponto de partida foram as perspectivas teórico-metodológicas da micro-história propostas por Giovanni Levi (1992), no que toca ao esforço de aproximar a escala de um recorte histórico já analisado, buscando compreender elementos sociais do passado de forma intensiva e pormenorizada, neste caso, as relações de trabalho em Joinville da primeira metade do século XX e como as elites da cidade se relacionavam com os trabalhadores do campo. Correspondente à análise do objeto de pesquisa, valemo-nos dos referenciais da *Análise do Discurso*, propostos por José L. Fiorin (2007), onde não se dissociam as formas de expressão da linguagem das ideologias, apesar de possuírem características distintas. Entende-se que a enunciação das linguagens não é autônoma, pois o discurso, um fenômeno social e não individual, será sempre condicionado pelas coerções ideológicas do seu meio. Nessa direção, o estudo do periódico *A Agricultura* não o compreendeu como um receptáculo ou comunicador de fatos, mas, sim, como portador de um discurso ideológico de determinado grupo social a ser identificado e compreendido (FIORIN, 2007). Isso, por sua vez, trouxe a necessidade de investigar os agentes mobilizadores do discurso do jornal, inserindo-o num contexto específico de produção (LUCA, 2010).

Por outro lado, a pesquisa se fundamentou na ideia de *sociedade disciplinar* de Michel Foucault (1987) para analisar os exercícios de poder que investiram politicamente sobre os corpos dos camponeses com objetivo os docilizá-los. Ainda nessa toada, fez-se uso do conceito de *dispositivo*, de Giorgio Agamben (2009), entendido como um aparato constituidor de subjetividades que, segundo o autor, se trata de “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes.” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Ademais, ainda de acordo com ele, *sujeitos* seriam os resultados das relações entre dispositivos e corpos/seres viventes/indivíduos (AGAMBEN, 2009, p. 41). Assim, a forma de atuação da *Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville* e seu periódico *A Agricultura*, podem ser considerados como um dispositivo disciplinar.

O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, debatemos a situação dos trabalhadores rurais de Joinville na década de 1930 e a relação entre a produção no campo e o

desenvolvimento fabril urbano. Na segunda, exploramos o adensamento do poder disciplinar nas zonas rurais da cidade. Na terceira, traçamos uma trajetória da Sociedade de Agricultura e Criação. Por fim, na quarta e última seção, abordamos como os trabalhadores do campo foram imaginados nas páginas do periódico *A Agricultura*, veiculado pela referida Sociedade.

Joinville: entre as fábricas e os campos no processo modernizador nacional

Segundo Paulo Garcez Marins, no alvorecer da república, as elites republicanas das capitais brasileiras estavam imbuídas de um ímpeto modernizador, visando livrar o país do ar de atraso que então era relacionado com o passado colonial e imperial. Seguiram-se reformas urbanas aos moldes franceses quais traziam junto de si um discurso adjetivador ao que não se adequava ao novo modelo de sociedade. Desse modo, habitações, espaços, práticas, tudo o que era relacionado a esse passado era taxado de “desordem”, “tumulto” e “atraso” (MARINS, 1998).

Ainda segundo o autor, essas ideias não permaneceram isoladas nas capitais ou, como recorrentemente se julga, não se difundiram de um centro irradiador, no caso o Rio de Janeiro, como argumenta José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2019). Em muitas cidades já dinamizadas pelo capitalismo, dispendo de centros relativamente urbanizados, as elites contemporâneas tomavam conhecimento do que estava ocorrendo nas urbes europeias e nas capitais brasileiras, empreendendo a modernização à sua maneira nos seus contextos particulares (MARINS, 1998). Ou seja, havia uma circularidade de ideias, discursos e políticas que visavam no Brasil a modernização capitalista.

Esse ideário burguês da utopia modernizadora também emergiu em Santa Catarina, um estado da federação fragmentado nas suas dimensões econômicas, políticas e culturais. Nessa conjuntura, a população do litoral, predominantemente de luso-brasileiros, era vista como indolente e um empecilho para o ingresso nessa sociedade moderna. No intento de construir a imagem do catarinense ideal e costurar a fragmentação do estado, a referência passou a ser o colono teuto-brasileiro, imaginado como laborioso, ordeiro e perseverante. A população luso-brasileira, portanto, arraigada em seus hábitos tradicionais e na vida rural, veio a ser alvo de investidas disciplinadoras (BITENCOURT, 2004).

De acordo com Sandra de Camargo Guedes, que pesquisou esse processo de modernização na cidade Joinville nos contextos do século XIX e XX, a cidade não escapava dos mesmos problemas sanitários de outras regiões do Brasil, sofrendo com muitas doenças desde os momentos iniciais da Colônia Dona Francisca. Eram vistas com maus olhos pelo poder público a criação de animais no espaço urbano, os matos altos que eram espaços de reprodução

dos mosquitos e, por parte da população rural, os hábitos de dejetar no solo e o uso das fezes para regar as hortas. Essas eram práticas cujo combate pelas entidades competentes conduziria a uma cidade efetivamente moderna. De todo modo, Joinville também esteve incluída no projeto modernizador nacional e das elites locais assumindo características específicas, em especial, a partir da primeira década do século XX (GUEDES, 1996).

Junto dos desejos de modernização, vinham os ímpetus de normatização das práticas, posturas e hábitos de higiene no espaço urbano. A historiadora Arselle de Andrade da Fontoura, num estudo acerca da imposição dessas práticas, aponta para uma aliança entre o poder econômico e político da cidade, na qual promoveram a criação de instituições que se encarnavam como dispositivos disciplinadores dos hábitos praticados no espaço urbano, tais como a *Sociedade de Embelezamento*, a *Diretoria de Higiene* e a *Casa de Alienados Oscar Schneider* (FONTOURA, 2005).

Nos princípios do século XX, os setores econômicos que viriam a predominar e comandar a dinâmica da economia catarinense até os anos 1960 já estavam se consolidando. A saber, tratavam-se dos setores têxtil, madeireiro e alimentar. A base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil até meados dos anos 1940. Em Joinville, o desenvolvimento de um parque industrial esteve ligado, inicialmente, à economia da erva-mate, que era transportada do planalto paranaense e Mafra por meio da Estrada Dona Francisca a Joinville, para então ser beneficiada e, posteriormente, encaminhada aos seus mercados (por vezes, o exterior). Esse tipo de produção ascendeu nos anos 1910, estabilizando-se nos anos 1920 e 1930 e declinou nas décadas consecutivas (GOULART FILHO, 2016, p. 66-78).

Paralelamente, existiam pequenos e diversificados empreendimentos em Joinville, como marcenarias, serrarias, ferrarias, curtumes, olarias, cerâmicas, cervejarias etc. - por vezes ligados aos imigrantes e descendentes de imigrantes germânicos migrados para a Colônia Dona Francisca. Esses trabalhos, inicialmente artesanais, serviam para suprir as demandas das populações locais, mas logo se enveredaram às demandas da dinâmica da economia ervateira que cruzava Joinville, o que levou a uma acumulação de capital, possibilitando a sua reprodução e a conseqüente expansão de algumas dessas empresas. Havia também os luso-brasileiros envolvidos nos empreendimentos da erva mate, com a fundação das firmas especializadas para o seu beneficiamento. Foram estes últimos, inclusive, os primeiros acumuladores de grandes fortunas na cidade (ROCHA, 1994).

O trabalhador operário e urbano desse período era, em certa medida, diversificado, predominando os luso-brasileiros e germânicos ou teuto-brasileiros. É importante ressaltar que

a imprensa nos anos de 1926 e 1933 apontou que uma alta parcela do operariado das fábricas de Joinville, cerca de dois mil, residia nas zonas rurais (COSTA, 1996, p. 33-34). Inclusive, mais da metade da população de Joinville, estimada em 41.847 no final de 1939 (IBGE, 1940, p. 99), vivia nessas regiões até meados dos anos 1940 (WENDLAND, 2011, p. 37).

Ademais, deve-se ressaltar por meio do estudo da historiadora Iara Andrade Costa, a identificação de que, em 1924, o custo de vida do operário em Joinville era extremamente alto, além de este sofrer de uma carestia de gêneros alimentícios. Uma das medidas tomadas para evitar os altos preços dos alimentos, foi a criação de feiras para os lavradores venderem, eles mesmos, seus produtos, buscando evitar a comercialização por meio de intermediários/atravesadores, o que fazia o preço se elevar (COSTA, 1996).

Relativo à agricultura em Joinville, desde o início do século XX, havia um desejo de modernizar e potencializar a produção. Alana Duarte (2017, p. 78-81) já havia verificado que essa preocupação estava em consonância com as discussões da esfera nacional do país. Em 1910, por intermédio da imprensa, dizia-se que as práticas dos lavradores eram “rudimentares” e que deveriam ser substituídas por métodos modernos (DUARTE, 2017, p. 80-81).

Algumas fontes analisadas em nosso estudo evidenciaram uma longevidade e persistência dessa perspectiva. No relatório da prefeitura referente ao ano de 1936, dizia-se que, contrastando com uma indústria em situação promissora, Joinville tinha, se não a decadência, o estacionamento da sua lavoura (JOINVILLE, 1936). Em 1938, também no relatório de gestão municipal, apesar de a cidade possuir uma “área de terra estimável e de alta fecundidade para variadas culturas”, o município vinha produzindo o mínimo para seu próprio consumo, sendo quase sua totalidade importada de comarcas vizinhas. Dizia-se também que, dos que empreendiam o trabalho rural, “poucos o fazem com critério e orientação técnica, enquanto que a maioria persiste no imperismo rotineiro”, no qual apenas consome energias e não apresenta resultados compensatórios (JOINVILLE, 1938, p. 172-173).

Em consonância com esses discursos, demonstrando uma insatisfação com a produção somente para subsistência, o não incremento de fatores técnicos na produção e a não comercialização dos produtos do campo, na primeira edição do periódico *A Agricultura* de 29 de julho de 1935, num texto intitulado “O que este jornal quer”, manifestava-se que:

Os lavradores progressistas, ainda que remediados, não podem estar satisfeitos com uma profissão que mal lhes dá para viver. Poucos são os que podem fazer economias. Os produtos da indústria estão caros, os da lavoura muito baratos. Os lavradores cada vez mais se retraem, e muitos para não vender barato o que lhes não paga o serviço, deixam de plantar para vender; plantam quase só para se alimentarem (AGRICULTURA, 1935, p. 01).

Em outro texto da mesma edição, ao abordar os meios para fazer progredir a lavoura na cidade, foi feito um reclamo às indústrias e firmas municipais: “que só utilizem e esportem produtos agrícolas locais” (AGRICULTURA, 1934, p. 01). Visto isso, todos esses discursos evidenciam uma preocupação com a vida industrial e sua relação com a produção no campo.

Essa relação implícita, de forma alguma, pode ser ignorada. Segundo Raymond Williams (1992, p. 75), por vezes quando o lucro da cidade se torna “autoperpetuante”, há uma tendência de os dominantes pensarem de forma alienada que a cidade (e seu lucro) conseguem se reproduzir sem qualquer fator externo - no caso, o campo, escamoteando a sua exploração e seus usos como uma mera colônia por parte da cidade e dos que nela habitam.

A respeito dessa produção advinda do campo, Marx, ao tratar da mercadoria em *O Capital*, a definiu como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 97). Salientou também a respeito do duplo caráter da mercadoria: seu valor de uso e valor de troca. Este último, sendo resultado da abstração do valor de uso do produto (condicionado pelo fator utilidade), que, por sua vez, é fruto da objetivação do trabalho humano sobre a matéria prima que gera o produto (contudo, ainda não necessariamente mercadoria). Ressalta-se que:

Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. (MARX, 2013, p.100).

Isto é, qualquer produto fruto de trabalho não é mercadoria por essência, mas todo produto, possui valor de uso e, conseqüentemente, valor de troca em razão da quantidade de trabalho nele substanciada.

Segundo o que apontam nossas fontes, os lavradores de Joinville, por intermédio da produção de bens com valor de uso, produziam apenas para satisfazer suas necessidades de subsistência. O motivo de desagrado da elite político-econômica que se articulava por meio do poder público era o fato de esses trabalhadores não transformarem seus produtos em *valor de uso social*, isto é, *mercadoria*, oferecendo-as no mercado a outrem. Desse modo, numa sociedade pautada pela ordem da mercadoria, os lavradores eram considerados atrasados por estarem, supostamente, fora dela².

Com base nisso, podemos pensar na direção de que se havia carestia de alimentos para o trabalhador urbano, modernizar o trabalhador e o trabalho no campo significaria intensificar

² Inclusive, simbolizando um interesse em manter livres as vias e caminhos de circulação das mercadorias, os relatórios da Prefeitura de Joinville demonstram uma preocupação em manter a manutenção de estradas e pontes de madeira que faziam a conexão entre as zonas rurais e demais regiões da cidade (JOINVILLE, 1936, p. 57-58).

as suas forças produtivas, proporcionando mais geração de alimentos e fazendo com que estes chegassem à mesa do operariado (por meio de feiras, como se investiu à época). Combinado a esse argumento, podemos levantar a hipótese de que uma das finalidades desses investimentos de modernização do campo era possibilitar um maior acesso do operariado urbano a gêneros de primeira necessidade, o que, por sua vez, os faria produzir de modo mais eficaz nas fábricas, gerando mais riqueza para os donos dos meios de produção.

Outro motivo que nos leva a desiludir uma suposta cisão entre cidade e campo, são os indícios de que muitos moradores das zonas suburbanas e rurais de Joinville trabalhavam na indústria e, ainda assim, provavelmente, dedicavam-se eles mesmos ou outros membros de sua família à lavoura. Os baixos salários, a carestia de alimentos e o fator de que muitos operários no período da primeira metade do século terem migrado do campo para trabalhar nas indústrias, sem dúvida são motivos para tal prática.

Tentaremos explorar esse tópico com mais aprofundamento ao abordar o processo de imposição da modernização aos trabalhadores do meio rural, recorrendo às práticas de higienização promovidas pelo poder público de Joinville.

Adensamento e interiorização do poder disciplinar da máquina pública em Joinville

A Diretoria de Higiene, criada em 1922, era uma repartição da prefeitura de Joinville, responsável por impor normas de postura no espaço urbano da cidade (FONTOURA, 2005). De acordo com seu relatório expedido em 1933, esses trabalhos estavam ocorrendo de forma “melhor que nos anos anteriores” e apresentando um êxito considerável (JOINVILLE, 1933, p. 102).

Esse sucesso elevou os ímpetus de controle sobre as práticas dos moradores de regiões mais distantes do núcleo densamente urbanizado, fazendo com que, no mesmo ano de 1933, se criassem sedes da Diretoria de Higiene em outros distritos de Joinville, como em Bananal, Jaraguá e Hansa³, administrados em exercício gratuito respectivamente pelos Dr. João Lyra, Dr. Godofredo Luce e Dr. Tasso Guerreiro. Outra medida adotada foi a criação, em 23 de maio de 1933, de postos rurais na zona norte e sul de Joinville, imbuídos de exercer a *profilaxia rural*, vender vermícidas e quinino a preço de custo e realizar um levantamento estatístico das condições econômicas e sanitárias dos moradores dessas regiões. O trabalho era empreendido

³ Esses distritos atualmente se organizam politicamente como cidades emancipadas e autônomas, nomeadamente: Guaramirim, Jaraguá do Sul e Corupá.

por dois agentes de saúde⁴ formados em curso “técnico e prático” de enfermagem e profilaxia rural ofertado pela Prefeitura (JOINVILLE, 1933, p. 108).

Nesse mesmo relatório da prefeitura, já conseguimos observar alguns indícios de como eram imaginados esses trabalhadores do campo e as medidas que se pretendia aplicar a eles. Foi referido o seguinte:

Como já estamos verificando, esse primeiro percurso dos Postos só tem trazido maiores vantagens no levantamento da carta sanitária. Famílias habituadas a costumes ancestrais e defeituosos de higiene não os abandonam facilmente e já ao primeiro encontro dos que lh'os pretendem corrigir . Terá de ser, em começo, obra de catechese, a que se seguirá mais tarde o melhoramento sanitario desejado [...] (JOINVILLE, 1933, p. 110).

Nota-se que os trabalhadores do campo e suas famílias são alcunhados de terem hábitos e costumes *ancestrais* e *defeituosos* – o primeiro adjetivo é curioso, pois no tempo presente, provavelmente seria entendido como elogio. Se habituados estavam, poderiam ser transformados pela referida obra catequizadora e disciplinadora dos costumes. Essa mesma menção, sinaliza-nos para a dimensão coercitiva do empreendimento. No relatório do ano seguinte, era recomendado aos fiscais dos postos que “fórcem aos rurais á execução” das medidas prescritas e que, caso “as medidas coercitivas” de abertura de fossas e desobstrução das correntes de água não fossem cumpridas, os dispêndios da prefeitura com medicamentos viriam a “avultar” (JOINVILLE, 1934, p. 88-89).

Ainda no relatório de 1933, evidencia-se novamente a maneira como eram vistos e os intentos que se tinha com esses trabalhadores rurais:

Os mais atrasados ficarão constituindo a retaguarda dos incapazes, destinados ao desaparecimento, salvo quando para estes se creassem colonias em comum, sob as vistas de um administrador geral. Se uma pequena parte ficará assim irremediavelmente perdida para o convívio da produção e do trabalho, a outra, felizmente da maioria, formada de póbres ocasionais e de remediados, ainda póde ser aproveitada para um soerguimento de energias, quando amparados pela escola, pela higiene e pelo espirito de cooperativismo (as Sociedades de Trabalho Agrícola), que os defenda e ensine a ganhar melhór e mais do que ganham (JOINVILLE, 1933, p. 116).

O caráter darwinista social e eugenista do empreendimento é nítido. Segundo Lilia Schwarcz, a perspectiva teórico-racial do darwinismo social começou a difundir-se no Brasil a partir de 1870 e no país, tiveram múltiplas leituras. Seus centros irradiadores foram as

⁴ O relatório da Diretoria de Higiene de 1933, indicava que, naquele ano, já estavam em exercício cinco enfermeiros instruídos em um “programa prático e teórico, embora perfunctório, todavia suficiente para uma instrução indispensável de medicina e higiene” (JOINVILLE, 1933, p. 105). Ao que tudo indica, ocupavam os cargos dos postos rurais, dois destes cinco formados, os quais eram: Ignacio da Costa Moraes, Leopoldo Joaquim da Rocha, Maria Soares Amon, Maria Fetz e Matilde Rümle.

faculdades de medicina e direito da Bahia e Rio de Janeiro. Por muito tempo, prevaleceu um pessimismo com relação às raças no Brasil, em virtude da miscigenação (ou a *heterogeneidade* do povo, como se dizia). Entretanto, a partir dos anos 1920, se tem o fortalecimento da eugenia, prática que pretendia *amputar* a parcela gangrenada da população, como uma forma de gerar e regenerar a raça. Nesse sentido, a autora ressalta que “se existia uma parte da população que poderia ser ‘saneada e regenerada’, outra se encontrava irremediavelmente enferma e era em nome dela que as medidas mais extremas eram propostas” (SCHWARCZ, 1993, p. 216).

Essa perspectiva coincide com os relatórios da Diretoria de Higiene. Os lavradores atrasados, os que não se adaptavam às medidas modernas impostas, ficariam na retaguarda social, destinados ao desaparecimento. O relatório de 1934, inclusive, colocava a higienização como fator central das cidades civilizadas (JOINVILLE, 1934, p. 84). Como se viu, no documento de 1933, foi proposto que a única forma de salvamento destes *incapazes* seria os colocando-os sob o *sistema de fábrica* (DECCA, 1982, p. 22), agrupados numa *colônia em comum*, administrados por um capataz. Esses elementos do discurso revelam o caráter disciplinar e o intento de racionalizar a vida dos trabalhadores do campo.

Ainda chama a atenção o objetivo do poder público com esses trabalhadores. Os defender e fazer ganhar mais para melhorar suas condições de vida? Retoricamente, sim. Mas, esse argumento é usado para falsear o interesse de *aproveitar* os trabalhadores para a produção e o trabalho em razão da insatisfação com a produção agrícola da cidade. Então, se valendo do conceito de Agamben (2009), alguns lavradores, apesar de *pobres e remediados*, ainda poderiam ser aproveitados se amparados por instituições que se encarnavam como dispositivos disciplinares constituidores da subjetividade dos hábitos de higiene e modos de trabalho modernos (a exemplo da escola e as sociedades de trabalho cooperativistas). Na mesma fonte, já se desenhava a ideia das sociedades de trabalho agrícola⁵. Podemos afirmar que isso não foi ato espontâneo, pois quem criou e redigiu o periódico, além de ter sido presidente honorário da SACJ, quando de sua fundação, foi o então responsável pela Diretoria de Higiene, Dr. Plácido Gomes de Oliveira, personagem que exploraremos mais à frente (ÁLBUM HISTÓRICO DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE, 1951, p. 52).

Doravante, com base nos dados levantados pelos agentes dos já referidos postos rurais da zona sul e zona norte da sede de Joinville⁶, podemos suspeitar sobre as condições dos

⁵ O associativismo agrícola foi um modelo de organização dos trabalhadores rurais trazido da Europa para o Brasil no final do século XIX. Ver mais em: (MEIRA, 2012).

⁶ Experiências similares na cidade em tempos anteriores já haviam sido constatadas por Sandra Guedes. Em 1918, um decreto federal de criação do *Serviço de profilaxia rural* obrigava os governos estaduais a atuarem neste sentido. Então, em Joinville no ano de 1919 fora criado o posto e em 1922, era apresentado no relatório de gestão

trabalhadores da cidade entre 1933 e 1935⁷. Esses levantamentos evidenciam que, possivelmente, alguns moradores das regiões rurais da cidade (que nessa época, eram maioria), trabalhavam na indústria.

Moradores que viviam em regiões mais próximas ou com fácil acesso ao espaço urbanizado, como nas estradas Dona Francisca, Santa Catarina (apesar do igual alto número de lavradores), Anita Garibaldi e Kasemodel, acabavam se dedicando mais ao trabalho fabril do que à lavoura. É possível dizer, como já foi referido na seção anterior, que alguns trabalhadores e/ou membros de suas famílias atuassem em mais de um ofício (indústria e lavoura). Por exemplo, observando os dados inconstantes ao longo dos anos da Estrada Santa Catarina, Parati e Bupeva, notamos como alguns desses trabalhadores poderiam não possuir atividade laboral fixa.

Inclusive, isso poderia ser um fator de preocupação para o poder público, lembrando as suas inquietações com o nível da produção agrícola municipal, como vimos nos relatórios da prefeitura de 1936 e 1938. Preocupação, pois, os trabalhadores, paulatinamente, estariam largando seus postos no campo e passando a atuar nas fábricas, localizadas, majoritariamente, no espaço urbanizado – pensamento que, por sua vez, é intrigante, pois certos setores da cidade ainda não teriam desenvolvido e/ou assumido a mentalidade e discurso de cidade industrial que viria a predominar a partir da década de 1950 (SILVA, 2008).

Tabela 1 – Levantamento do posto sanitário rural norte de 1933 – ocupação dos moradores

| Estrada | Lavradores | Operários | Total |
|----------------|------------|-----------|-------|
| Boa Vista | 39 | 32 | 71 |
| Iriú | 70 | 20 | 90 |
| Dona Francisca | 9 | 28 | 37 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1933**. [Adaptação dos dados à tabela pelos autores].

Tabela 2 - Levantamento do posto sanitário rural sul de 1933 – ocupação dos moradores

| Estrada | Lavradores | Operários | Total |
|----------------|------------|-----------|-------|
| Santa Catarina | 67 | 70 | 137 |
| Itinga | 10 | - | 10 |

municipal que a situação das doenças vinha apresentando melhoras em razão da instalação do serviço. Contudo, se evidenciou que, em 1928, o posto já havia sido extinto pelo governo do estado e o setor médico argumentava por meio da imprensa que em questão de assistência pública, tudo cabia ao poder municipal de Joinville (GUEDES, 1996, p. 68-69).

⁷ Referente a 1933, dispomos dos dados dos postos norte e sul; quanto a 1934, apenas do posto sul, em razão de uma doença que acometeu o seu responsável neste ano; e, referente a 1935, somente os dados do posto sul são confiáveis, pois, no documento original, há erros de impressão nos dados do posto norte.

| | | | |
|-------------------|----|----|----|
| Parati | 7 | 22 | 29 |
| Böhmerwald | 22 | - | 22 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1933.** [Adaptação dos dados à tabela pelos autores].

Tabela 3 - Levantamento do posto sanitário rural sul de 1934 – ocupação dos moradores

| Estrada | Lavradores | Operários | Outros serviços | Total |
|------------------------|-------------------|------------------|------------------------|--------------|
| Anita Garibaldi | 12 | 22 | 4 | 38 |
| Parati | 96 | 3 | 1 | 100 |
| Kasemodel | 1 | 7 | - | 8 |
| Santa Catarina | 29 | 0 | 3 | 32 |
| Bupeva | 6 | 61 | 7 | 74 |
| Itinga | 54 | - | 3 | 57 |
| Morro Escuro | 6 | - | - | 6 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1934.** [Adaptação dos dados à tabela pelos autores].

Tabela 4 - Levantamento do posto sanitário rural sul de 1935 – ocupação dos moradores

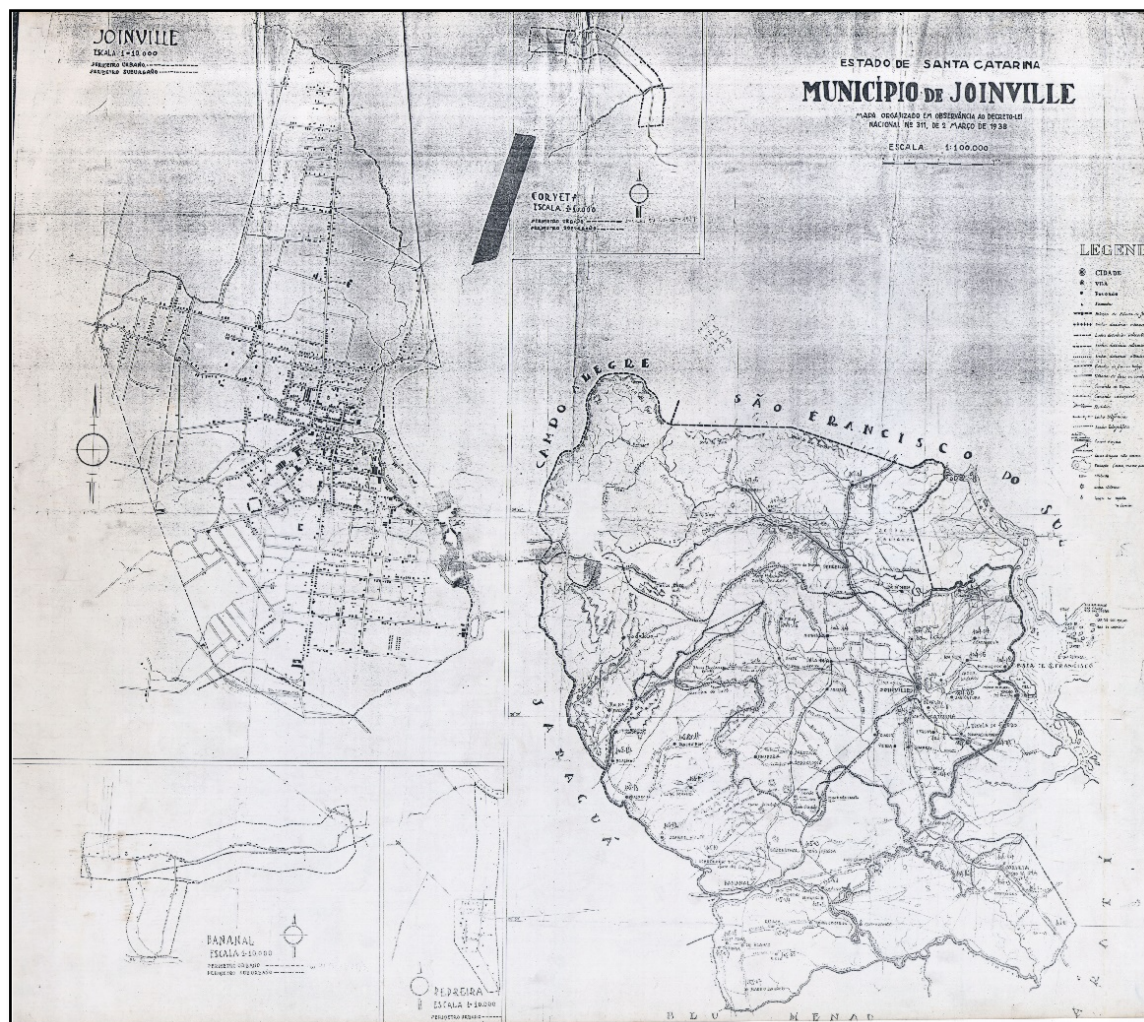
| Estrada | Lavradores | Operários | Outros serviços | Total |
|------------------|-------------------|------------------|------------------------|--------------|
| Bupeva | 73 | 103 | 6 | 182 |
| Rio Velho | 14 | - | - | 14 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1935.** [Adaptação dos dados à tabela pelos autores].

Do mesmo modo, outras informações dos dados levantados pelos postos apontam para as condições de existência precarizadas desses trabalhadores, pois é indicado que parcela ínfima dessa população vivia em condição “abastada”, em paralelo à fração majoritária, que estava em condições ditas “pobre”, “muito pobre” e “remediada”. Além disso, nos mostram também como a maioria não possuía boa saúde, com péssimo acesso à água potável e vivendo em residências com condições de higiene precárias e sujeitas à inundações. Também era indicado como a maioria dos moradores dessas regiões não fazia uso de calçados em seus ofícios, o que facilitava o acometimento por doenças.

Ademais, uma representação cartográfica do município de Joinville, produzida em 1938, nos possibilita identificar várias vilas e povoados distantes do núcleo urbano. Essas vilas e povoados que formam uma espécie de cinturão rural no entorno do núcleo urbanizado da cidade, permitem-nos supor a existência de uma multiplicidade étnica e cultural dessas zonas rurais, em virtude da distância que tinham uma das outras e da ocupação histórica diversa.

Figura 1 – Mapa cartográfico representando o Município de Joinville (sede e distritos) em 1938



Fonte: ESTADO DE SANTA CATARINA. **Município de Joinville**. 1938. 1 mapa. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Mapa-do-Munic%C3%ADpio-de-Joinville-1938.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023

Quanto à afirmação feita acima, Dilney Cunha (2003, p. 129) menciona que os imigrantes suíços (geralmente confundidos com alemães) que imigraram para onde hoje é Joinville se assentaram perto das montanhas, em direção à Serra do Mar, isto é, mais ao norte nas regiões das terras da Colônia Dona Francisca⁸. Por outro lado, Carlos Ficker já havia

⁸ É importante salientar que a maioria dos imigrantes que chegaram à Colônia Dona Francisca eram agricultores, artífices e artesãos pobres, dependentes do crédito e emprego oferecidos pela Companhia Colonizadora de Hamburgo para pagar as dívidas contraídas com passagens, alimentação, ferramentas, terreno e construção de propriedade. Por outro lado, vieram também, em menor número, colonos mais abastados com formação técnica e acadêmica, profissionais das camadas urbanas, pequenos comerciantes e acionistas da Companhia. Estes últimos foram os que conseguiram concentrar uma maior parcela de terras na Colônia, em contrapartida aos imigrantes pobres que se organizaram no regime de pequena propriedade (FERREIRA, 2022).

identificado anteriormente que as terras às margens sul do rio Cachoeira, não pertencentes ao dote da Colônia Dona Francisca, já eram ocupadas por propriedades de luso-brasileiros, que inclusive, eram donos de escravos (FICKER, 2008, p. 59-63).

Em razão da historicidade dessa ocupação, cruzando com as informações possíveis de serem identificadas no mapa de 1938, a exemplo das várias vilas e povoados distantes do núcleo urbanizado, podemos afirmar a referida multiplicidade étnica e cultural nas zonas rurais de Joinville no período tratado. Além do mais, com os dados anteriormente discutidos, pode-se dizer que a ocupação de operário e lavrador não era tão bem definida no período em questão e suas respectivas condições materiais de vida eram majoritariamente precarizadas. Essas informações são pertinentes para traçar o perfil dos trabalhadores que eram alvo das ambições modernizadoras do poder público municipal.

A Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville: constituidores, trajetória e horizontes

Tomando como referência o que foi exposto nas duas seções anteriores, podemos dizer que os fatores que fizeram surgir a *Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville*, foram as contradições sociais da modernização urbano-industrial-capitalista nacional. Na configuração local da cidade, essa modernização trazia na sua esteira os desejos da elite político-econômica de Joinville de se inserirem neste processo, materializando em uma das suas frentes, a modernização da agricultura e higienização das práticas dos trabalhadores rurais de Joinville e em outra, a insatisfação com a produção agrícola na cidade e região.

A Sociedade começou a ser organizada em 23 de abril de 1934, foi considerada de utilidade pública em 14 de julho do mesmo ano por meio de decreto do então prefeito João Acácio Gomes de Oliveira (AGRICULTURA, 1935b, p. 01) e seus sócios fundadores foram firmados entre 8 de setembro e 26 de agosto de 1934 (AGRICULTURA, 1935c, p. 01). Ao longo do tempo que esteve ativa, até os primeiros meses de 1936, publicou cinco edições do seu jornal – tendo somente quatro delas chegado até nós. Em 1936, a SACJ foi fundida com a Sociedade de Agricultura Dona Francisca, dando lugar ao Consórcio dos Agricultores de Joinville, pois existindo duas entidades similares na cidade, subvencionadas pela prefeitura, mas “sem trazer resultados práticos satisfatórios”, se resolveu pela fusão (JOINVILLE, 1936, p. 121).

Em algumas edições do periódico *A Agricultura*, os editores agradeceram aos anunciantes patrocinadores e diziam que sem a ajuda de custo que recebiam, não seria possível dar encaminhamento ao empreendimento (AGRICULTURA, 1935b, p. 04). Não coincidentemente, os anunciantes eram especialmente lojas de ferramentas de uso geral e de

uso no campo, lojas de insumos para produção agrícola e pastoril, lojas de máquinas/fundição, lojas de produtos de higiene, lojas de artigos domésticos e de cozinha, farmácias, padarias, lojas de sapatos, cervejarias, açougues, produtores de leite e derivados, entre outros. Inclusive, a sociedade localizava-se ao lado da Casa do Aço (na época, uma loja de ferramentas e insumos), na rua 9 de março, um local estratégico para que os lavradores adquirissem ferramentas para o trato da lavoura (AGRICULTURA, 1935b, p. 04).

O projeto de lei para consideração de utilidade pública da Sociedade foi apresentado ao conselho consultivo da cidade⁹ pelo coronel Alire Borges Carneiro e aprovado por unanimidade (JOINVILLE, 1933, p. 15-16). Esse reconhecimento do poder público implicava a concessão de uma subvenção à sociedade. As atas do conselho consultivo nos permitem constatar a incorporação da sociedade como repartição da prefeitura:

Com essa subvenção, ficou também a Sociedade obrigada a servir de órgão da Prefeitura em suas relações agropecuárias internas e externas, o que vinha fazendo falta na administração municipal, agora ao lado do serviço de Obras publicas, da construção publica, da Higiene e Assistência pública, podemos colocar o serviço de agricultura municipal (AGRICULTURA, 1935c, p. 02).

Na primeira edição do periódico, de 29 de julho de 1935, publicizaram-se os estatutos, os sócios fundadores e os objetivos do jornal, bem como da sociedade. O distanciamento temporal entre a criação da sociedade e do jornal provavelmente se deu em razão de, nesse meio tempo, não se ter conseguido atingir os trabalhadores rurais como se desejava. O jornal entrava como um instrumento de alcance e difusão das ideias da sociedade.

De todo modo, no artigo 1º do estatuto, era discriminado que o objetivo da sociedade era:

[...] trabalhar pelo melhoramento da produção, pelo cultivo de novos gêneros apropriados ao solo e clima, pela boa venda dos produtos e proteção dos interesses profissionaes dos lavradores e criadores assim como para instruir e orientar os que se queiram dedicar a qualquer ramo dessas profissões [...] (AGRICULTURA, 1935c, p. 01)

No mesmo artigo, se vedava o tratamento de assuntos de ordem política e religiosa por parte dos membros da sociedade, assinalando o não caráter classista da entidade.

Agregada como mais uma repartição da prefeitura, era ela incumbida de, segundo o que constava no artigo 2º da resolução de reconhecimento da sociedade, dedicar-se às questões da agropecuária em Joinville, “fornecendo aos lavradores sementes, plantas e animaes; dando-lhes as instruções e informações que solicitarem, bem como cooperando em tudo o que se refira ao estímulo e amparo de seus interesses a actividades profissionaes”, além de “empenhar-se na

⁹ Participaram do Conselho, Rodolpho Alex Schlemm, Joaquim Wolff, Capitão Alire Borges Carneiro e Prefeito Max Colin. A ata da sessão fora escrita pelo secretário Aristides da Fontoura Rego (JOINVILLE, 1935, p. 24).

prática do saneamento rural do Município, auxiliando a acção da administração pública”. Era também prescrito o dever de manter contato com o Ministério da Agricultura e demais sociedades similares, além de manter sede na cidade, se empenhar na prática do saneamento rural do município e produzir um relatório anual à prefeitura (JOINVILLE, 1935, p. 31). Assim, a sociedade constituía-se como mais um entre outros dispositivos disciplinares na maquinaria daquela sociedade.

A questão do periódico ser escrito em língua portuguesa evidencia um público-alvo, tendo em vista que em Joinville, segundo Ilanil Coelho, até os finais dos anos 1930 “o idioma alemão era amplamente utilizado nas relações cotidianas, na imprensa e no ensino formal” (2005, p. 162). A autora complementa sobre a existência de uma rede de sociedades e associações de caráter germânico, além de que nos campos educacionais e religiosos predominavam os “padrões” alemães, o que aponta para uma forte articulação e organização desse grupo étnico. Essa hegemonia cultural viria a entrar em crise com o irromper do Estado Novo¹⁰, em razão da Campanha de Nacionalização (COELHO, p. 163).

Outra questão que nos direciona a pensar nos alvos da Sociedade e do periódico é a questão de que num período próximo, se elogiava a organização e higiene do trabalhador do campo de ascendência germânica: “As habitações dos colonos são muito higienicas, principalmente as do colono alemão. São elas bastante confortaveis, embora muitas vezes são de madeira, e de uma limpeza extraordinária” (JOINVILLE, 1922). Assim, os que deveriam ser higienizados, seriam os de ascendência étnica luso-brasileira.

Além do mais, vale ressaltar que o idealizador da sociedade foi o Dr. Plácido Gomes de Oliveira, médico higienista, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1911 (VALENTIN, 1997) - um dos centros difusores das teorias raciais no Brasil -, diretor da Diretoria de Higiene no período de nosso estudo e, quando a Ação Integralista Brasileira instalou sede em Joinville, em meados de abril e maio de 1934¹¹, segundo o Jornal *A Notícia*,

¹⁰ Após a chamada Revolução de 30, com a instauração do governo provisório, até 1937, com o golpe do Estado Novo, o Brasil viveu momentos de indefinição com diversos e diferentes projetos e propostas políticas sendo colocadas em pauta, combinado a uma intensa mobilização popular de grupos divergentes. Para conter essa efervescência política, em 1937, Getúlio Vargas, aliado às forças militares, deu um golpe em seu próprio governo, dando início a um novo regime altamente definido pelo autoritarismo, cerceamento de liberdades e controle político, social e cultural. Quanto ao último tópico, a Campanha de Nacionalização foi simbólica em seus objetivos de integrar as comunidades de migrantes estrangeiros que viviam em território nacional no objetivo de tornar a nacionalidade brasileira una e coesa (CAPELATO, 2007).

¹¹ O núcleo da AIB de Joinville surgiu de forma autônoma ao da capital do estado, após Juca Ramos, Euclides Gonçalves e Aristides Largura terem contatos com o movimento, em 1932, através de panfletos trazidos de São Paulo por Xavier Schenk e Ernani Bessa. Os primeiros passaram a se encontrar em cafés em Joinville para discutir as ideias do Integralismo (WENDLAND, 2011). O periódico integralista da cidade, o *Anauê*, registrou que a fundação do movimento aconteceu em abril 1934, enquanto o jornal *A Notícia*, noticiou que o evento aconteceu no início do mês de maio do mesmo ano (HACKENHAAR, 2019). A primeira liderança do grupo em Joinville foi

participou da reunião de fundação (A NOTÍCIA, 1934) e posteriormente, de acordo com as memórias de seu irmão e ex-prefeito de Joinville, João Acácio Gomes de Oliveira, se tornou um assíduo militante da AIB (OLIVEIRA, 1982). Plácido foi presidente honorário da sociedade e foi redator da maioria dos textos veiculados pelo seu jornal (ÁLBUM HISTÓRICO DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE, 1951).

Os perfis de outros sujeitos envolvidos com a constituição da SACJ nos ajudam a compreender melhor os ímpetos da maquinaria disciplinar daquela sociedade passada. Logo, notamos que todos eram oriundos de instituições disciplinares, a exemplo do Dr. Plácido Gomes (campo médico), Capitão Alire Borges Carneiro (exército) e Toríbio Soares (escola). Levantar a atenção para esse tópico não é personalizar o processo histórico, mas, sim, trazer à tona os perfis subjetivos daqueles agentes.

Experiências de organização de trabalhadores do campo por meio de entidades e associações já haviam ocorrido em um passado próximo em Joinville. O exemplo mais simbólico foi o estudado por Iara Andrade Costa, a *Bauerbund* (ou Liga dos Lavradores), fundada na cidade após a onda de greves de 1917, reivindicando o barateamento dos produtos de subsistência. Esta associação costumava protestar no centro urbano da cidade, contestando os altos impostos e cobranças de empréstimos do poder público. Recorrentemente, esses trabalhadores eram vistos pela imprensa como agitadores e incapazes de agirem por conta própria. Os últimos registros que se teve a respeito da Liga, foi numa notícia do Jornal de Joinville de 1930. Curiosamente, o fundador e peça intimamente ligada a essa associação fora Dr. Plácido Gomes, que, inclusive, era chamado de agitador e comunista por parcela da imprensa local (COSTA, 1996, p. 171-182).

A disparidade entre a SACJ e a *Bauerbund*, que tinham como objetivo comum organizar os trabalhadores do campo em Joinville, foi a transformação da chamada “questão econômica”, muito forte nos movimentos de trabalhadores a partir do início do século XX, segundo Cláudio Batalha (2000), para a “questão social”, cooperativista e assistencialista, gerada pelo modelo de estrutura sindical corporativista do novo regime político instituído após 1930, onde se pretendia marginalizar a categoria social dos trabalhadores no jogo das intervenções políticas, institucionalizando oficialmente entidades de trabalhadores, tornando-os apolíticos e

composta por Aristides Largura, Ernani Bessa e José de Carvalho Ramos, sendo logo Largura tornado chefe municipal por Gama D’Eça (líder da AIB no estado), recebendo a responsabilidade de disseminar as ideias do movimento pelo Norte e Nordeste de Santa Catarina. Largura foi prefeito de Joinville de março de 1936 até ser deposto no irromper do Estado Novo (WENDLAND, 2011).

restringindo suas reivindicações ao campo profissional, isto é, transformando o trabalhador numa força orgânica de cooperação com o Estado, como diz Fausto (2001, p. 252-253).

Quanto às relações entre Estado e trabalhadores rurais, se ressalta o engano comum de que Vargas tê-los-ia ignorado durante seu governo. Clifford Welch mostrou que desde os primeiros momentos que esteve no poder, a partir de 1930, Getúlio tentou “organizar a vida rural”, assim como fez com os trabalhadores urbanos. Inclusive, na plataforma da Aliança Liberal, havia em seu bojo pautas de melhores serviços educacionais, residenciais, nutricionais e de saúde para os trabalhadores do campo¹². Aliás, pautas muito similares às do derrotado Bloco Operário e Camponês (BOC), frente popular do PCB, do qual Vargas astutamente soube apropriar-se (WELCH, p. 2016, 82-84).

Durante seu governo, Getúlio enfatizou a importância de confiar e valorizar a mão de obra do trabalhador nacional e considerou importante que a legislação social fosse um instrumento que motivasse os trabalhadores rurais a aumentar sua produtividade. A legislação também deveria cumprir um papel tutelar, pois as condições de instrução, higiene, alimentação e vestimenta desses trabalhadores no interior do Brasil eram péssimas, restringindo o contato deles com o poder público somente pelas cobranças de impostos. A falta de motivação dos camponeses, segundo Vargas, era responsável pelo atraso na vida rural. As medidas tutelares promovidas pelo Estado viriam para melhorar a situação (WELCH, 2016, p. 85).

A configuração da SACJ, portanto, foi uma expressão dos desejos de racionalizar o trabalho no campo e dos rearranjos de acomodação de classes do governo de Getúlio Vargas. Antes, com o exemplo da *Bauerbund*, a questão era de uma luta pela transformação social, como conquista de direitos, diminuição de impostos, barateamento de alimentos, entre outras pautas, para posteriormente, com a SACJ, a possibilidade de a luta de classes ser anulada em virtude da concessão de benesses pelo poder público, a exemplo de sementes, adubos, entre outras coisas. Isso não significa que os trabalhadores do campo de Joinville tenham largado mão de estratégias políticas disruptivas como a greve, a exemplo da ocorrida em 1937 (COSTA, 1996), nem defenderam uma continuidade linear entre uma entidade e outra.

Deve-se acrescentar esse fator, de um novo modelo de entidade de organização de trabalhadores, às supracitadas contradições sociais que levaram à criação da Sociedade. Pretendia-se, com esse novo modelo de entidade corporativista de trabalhadores, anular os

¹² De acordo com Welch (2016, p. 86), os tenentistas promoveram por meio do clube 3 de outubro as pautas de organização da vida no campo. Plácido, talvez, tinha proximidades com ele, pois junto de seu cunhado Carlos Gomes, fora preso por ter apoiado o movimento dos 18 do forte em 1922. Ao terem retornado à Joinville, depois de vinte dias sob detenção no Rio de Janeiro, foram aclamados pela população em recepção no Porto de Joinville (COSTA, 1996, p. 113).

conflitos entre a classe¹³ dos lavradores e a classe dominante de Joinville, na qual articulava o poder político e econômico municipal.

Cabe agora analisar como foram imaginados os trabalhadores rurais de Joinville pelo periódico *A Agricultura* e como ele agiu como um dispositivo disciplinar apto a subjetivar as práticas dos trabalhadores do campo dessa cidade.

O periódico *A Agricultura* e a visão do lavrador: pobres, fracos, ignorantes, atrasados, desleixados, bisonhos e incapazes

Antonio Gramsci, em seus cadernos do cárcere, já havia sentenciado que na visão das elites, os subalternos são sempre categorizados como bárbaros e patológicos, sendo atribuídas motivações fantasiosas para suas ações políticas e culturais (GRAMSCI, 2002). O discurso veiculado pelo periódico *A Agricultura* não difere em demasia dessa perspectiva.

Como já pudemos apontar anteriormente, o poder público municipal enxergava os trabalhadores rurais de Joinville como dotados de costumes “atrasados” e “ancestrais”. Tendo demonstrado a íntima vinculação da SACJ com a prefeitura, o reflexo desses discursos pelo periódico *A Agricultura* não é algo de gerar surpresa.

Num artigo intitulado “Pelo progresso da lavoura”, publicado na primeira edição de 29 de julho de 1935, se afirmou que:

A agricultura no Brasil, ainda é uma lastima sob todos os seus aspetos: atrazo, ignorancia, desleixo, pobreza e por fim, miséria. Claro que me refiro á grande maioria dos lavradores, que é mais importante pelo número de famílias. O nosso Estado de norte á sul, é exemplo disso, com excepção dos municipios de ordem colonial [...] (AGRICULTURA, 1935c, p. 01).

Os vários adjetivos pejorativos demonstram como o indivíduo do campo era colocado como inferior perante o processo de modernização que atravessava a mentalidade e o horizonte das elites do Brasil. Também é possível suspeitar de como a população luso-brasileira é o alvo em especial dessa modernização, pois excetuam-se as populações de “ordem colonial” do referido estado de miséria.

No mesmo artigo, continua-se afirmando que “Preocupados os Governos com a importação de braço estrangeiro, está-se deixando morrer à míngua o sertanejo, a única reserva legítima que temos para a elaboração definitiva da nossa nacionalidade” (AGRICULTURA,

¹³ Não entendemos a classe como o resultado dos modos de produção capitalistas, como uma categoria social ou um grupo social coeso e homogêneo, mas, sim, um fenômeno fruto de um processo histórico. A classe, portanto, não é uma relação independente, mas uma oposição conflituosa entre grupos de interesses antagônicos. E, dentro do processo histórico, é por meio de uma identificação com os interesses compartilhados de um grupo, em oposição aos interesses antagônicos de outro, que se forma a classe (THOMPSON, 1987).

1935c, p. 01). A ideia de nacionalidade nesse discurso, está intimamente ligada à raça, pois, como se vê, o fator para sua formação é o sertanejo.

Essa lógica persiste em outro trecho do mesmo texto, assegurando que:

Para cumulo, vae se remendando esse descaso pelo futuro dos lavradores póbres, com dizer-se que são eles madraços incorrigiveis. E para salientar a beleza desse conceito, ainda se diz: que por isso, é que precisamos incrementar a imigração de ‘povos mais adeantados’ (AGRICULTURA, 1935c, p. 01).

Percebe-se que há, de maneira implícita no discurso, um conflito de ideias, cujo articulista apresenta uma perspectiva que discorda: a importação de mão-de-obra estrangeira para o Brasil e sobre corrigir o “pobre sertanejo” - aquele único possível para elaborar a raça nacional. Essa perspectiva vai ao encontro do que foi estudado por Schwarcz (1993), onde enquanto na Europa a miscigenação era vista como um meio de degenerar a raça, no Brasil, o caboclo, o sertanejo, o miscigenado, passou a ser enxergado como aquele que futuramente viria a compor a raça ideal da nação, em vias de embranquecer-se. A importação de braços estrangeiros os quais, no século XIX foram a chave para o mesmo processo de embranquecimento (sinônimo de civilização), era, agora, considerada alternativa inadequada à formação da nação.

O caráter de disciplinarização dos corpos como meio de solução das misérias dos lavradores foi exposto ainda no mesmo artigo:

Mas eu sei que a pobreza do sertanejo provém de sua falta de educação geral e profissional; e por isso não tem ambições. Alguém já pensou no efeito que poderia ter a educação para os rapazes pobres da lavoura, quando internados gratuitamente, em escolas primárias agrícolas municipaes? O internamento nas casernas militares de muitos desses rapazes da roça, tem provado de quanto é capaz a educação, na transformação de um individuo aparentemente bisonho e incapaz (AGRICULTURA, 1935c, p. 01).

Noutro artigo, da edição nº 3, de 07 de novembro de 1935, em que busca explorar os motivos das condições de saúde dos lavradores, julga-se que os trabalhadores do campo são os que mais saúde deveriam ter, pois, ao viver ao ar livre e no sol, tinham de ser sadios e robustos (concepção que leva em consideração uma suposta adaptação do indivíduo ao meio). Contudo, na percepção do articulista, ocorria o oposto. Foram por ele comparadas as condições dos lavradores com a dos operários: “Enquanto os operários das cidades gozam melhor saúde, apesar de muitas vezes passarem peor de alimentação, mal agasalhados e mal nutridos, os nossos lavradores perecem por falta de saúde, quando devia ser o contrario” (AGRICULTURA, 1935b, p. 01).

Similar ao que se encontra nos relatórios da Diretoria de Higiene de 1933, que assimila o estado de saúde precário à situação de indigência, concebendo a ideia de não poder “haver

higiene perfeita onde há pobreza” e quanto a “higiene, o saneamento domiciliar e de seus habitantes depende de seu estado econômico” (JOINVILLE, 1933, p. 115-116), a causa das acima citadas condições dos trabalhadores rurais é posta totalmente na suposta ignorância e resistência às “novidades”:

[...] os nossos lavradores não se querem convencer de praticar as regras de saúde que todo homem deve conhecer para se defender das moléstias. Quase todos os nossos lavradores são ainda bem pouco instruídos. Eles não aceitam novidades, senão mui dificilmente (AGRICULTURA, 1935a, p. 01).

O trecho subsequente reforça as mesmas ideias de que onde imperam as condições de pobreza, emergem moléstias, além de expor o olhar negativo que tinham para com os trabalhadores e o encanto que o grupo dirigente do jornal reservava para a modernização:

Estão sempre [os lavradores] muito agarrados ao que os pais ou avós diziam. Mas não se lembram de que aquele tempo dos avós passou. Era o tempo do carro de boi; não havia o aeroplano, nem a luz e a força elétricas, nem o rádio, que os avós não conheciam, nem podiam imaginar o que fosse. O tempo dos avós passou; a época hoje é outra. Ninguém mais acredita em lobis-homem, em bruxa e cavalo sem cabeça, nem em feitiço, nem em feiticeiro. Nem acredita também que as moléstias vem do vento e dos ares. Hoje está tudo explicado e descoberto. As moléstias vem quase todas da falta de higiene, da falta de limpeza, de não se saber conhecer a boa água de beber, o bom alimento para se comer, de como se deve fazer um poço, como se construir a casa, os chiqueiros, as latrinas, etc. pois tudo isso, quando se faz direito, concorre para a conservação da saúde do lavrador e de sua família. Tudo isso o nosso lavrador precisa conhecer e precisa fazer, para gozar de saúde forte, para não deixar morrer tantos de seus filhos, criados com carinho e amor desde o berço (AGRICULTURA, 1935a, p. 01).

Num artigo publicado na quarta edição do periódico, de 24 de dezembro de 1935, se argumenta que muitos municípios do país, não se referindo aos grandes centros de então, como as capitais, são motivos de vergonha para a nação em razão das suas rendas públicas serem exíguas, pouco produzirem, pouco trabalharem ou pouco saberem trabalhar, além de possuírem um comércio e indústrias quase nulas, uma população pobre, doente e perdida “ao progresso do paiz” (AGRICULTURA, 1935b, p. 01). Essas declarações atestam um constrangimento e inquietação por parte de determinados setores sociais, possivelmente, uma pequena burguesia urbana, com a não equiparação dos pequenos municípios do Brasil, em especial de Santa Catarina, como a cidade de Joinville, com relação ao desenvolvimento capitalista nacional com sua marcha avivada desde o início do período republicano.

Na mesma matéria são discutidas as alternativas consideradas ideais para solucionar os atrasos expostos, sendo a principal dela, o trabalho agrícola organizado e regido pelas próprias prefeituras municipais, as quais transformar-se-iam em repartições agrícolas, assumindo como “encargo especial o desenvolvimento agro-pecuário”. Caberia às prefeituras fornecer local para armazenamento das colheitas, instrução técnica de agrônomos, ferramentas modernas e até mesmo principiar o trabalho com a terra, entre outros serviços. Posteriormente, o poder público

seria recompensado pelos lavradores com valores em dinheiro acumulados com as produções agrícolas (AGRICULTURA, 1935b, p. 01). A SACJ, ao que tudo nos indica, seria uma espécie de experimentação destas ideias.

Por essa matéria, também se evidenciou a perspectiva de modernização dos fatores de produção, no caso, a compra de maquinários, o que, por sua vez, possibilitaria uma paulatina libertação dos lavradores desse protecionismo do poder público:

Ao lado disso, as prefeituras teriam organizado uma sociedade de lavradores, com o fim de animar o trabalho agro-pecuario, melhorar o metodo de cultura e ao mesmo tempo facilitar a aquisição dos maquinários pelos lavradores, que assim se iriam aos poucos libertando dos serviços dos governos locais (AGRICULTURA, 1935b, p. 04).

Na edição de 07 de novembro de 1935 se afirmou que qualquer município poderia progredir caso os homens que o governam desejarem. “Só é atrasado o município que quer”, diziam, e “Tudo depende do governo municipal que o administra, dos homens que o governam, enfim também das pessoas mais adiantadas do lugar” (AGRICULTURA, 1935a, p. 01). Neste texto também percebemos um forte interesse do articulista com regiões vizinhas a Joinville, a exemplo do município de Paraty (hoje Araquari), que então possuía grandes extensões de terras férteis, mas com uma baixa produção. Bastasse que a prefeitura do município aplicasse o método recomendado que nem sequer seria necessário recorrer à indústria, brotando da agricultura o comércio e os próprios empreendimentos industriais (AGRICULTURA, 1935a, p. 01).

De acordo com o articulista na edição n.º 04, esse programa de “prefeituras progressistas” faria enriquecer as culturas escassas e pobres. Com aplicação de tal empreendimento, os comércios internos e externos se expandiriam, junto de uma acumulação de capital particular e de rendas públicas, fazendo os municípios entrar no “caminho da prosperidade” (AGRICULTURA, 1935b, p. 04). Em outras palavras, o caminho da prosperidade seria a sintonização com o sistema capitalista contemporâneo da época.

Com base nessas ideias, verifica-se uma elite que ainda não enxergava o futuro do desenvolvimento econômico de Joinville e região no processo de industrialização, mas, sim, no desenvolvimento agrícola, recorrendo à modernização dos fatores produtivos da lavoura (trabalhadores e tecnologias). Isso possivelmente ocorria, pois, a lógica de um Estado encabeçando o desenvolvimento industrial, estava ainda em construção e só se afirmaria após o golpe do Estado Novo em 1937, com o Estado brasileiro centralizado assumindo uma nova forma de interferência na vida econômica, social e política do país (SOLA, 2001, p. 274-275). Tal perspectiva pode ser apreendida no seguinte trecho da primeira edição do *A Agricultura*:

Mas em todo o caso si ha paizes onde a formação geográfica não permita outra solução economica que não a industria e o comercio, como a Alemanha e a Inglaterra, outros ha, como o Brasil e a Argentina em que a agricultura e a criação não podem ser esquecidas. A fraze de que o ‘Brasil é um paiz essencialmente agrícola’ não tem nada de pilherica: ela é o verdadeiro e unico caminho que devemos tomar (AGRICULTURA, 1935c, p. 01).

Por sua vez, essas constatações colocam por terra interpretações teleológicas e anacrônicas como as de Ternes (1986) que identifica a “gênese” da vocação industrial de Joinville - num sentido quase bíblico -, nos anos iniciais da Colônia Dona Francisca. O autor toma o resultado do processo histórico, uma cidade reconhecidamente como industrial na década de 1980 e o determina pelo fator da colonização germânica na segunda metade do século XIX¹⁴.

Além disso, tal visão da agricultura como vocação do país fazia eco ao grupo profissional dos agrônomos da região sudeste, cujo projeto político era reorganizar o mundo rural recorrendo às cooperativas. Conforme Sônia Regina de Mendonça (1998, p. 47), como fruto e reação dos “perniciosos” efeitos da modernidade, embalada pelo desenvolvimento industrial e urbano em face da atividade agrícola, “o cooperativismo propunha-se a protegê-la, mediante a neutralização de todo e qualquer tipo de desequilíbrio [...]”. Entretanto, esse sistema serviria como mecanismo para submeter, pelas mãos do Estado, a “pequena produção agrícola aos ditames do mercado, que a eles acabariam por impor características e ritmos adequados às suas necessidades e não às dos produtores” (MENDONÇA, 1998, p. 48).

Artigo denominado “Favores do Governo à pequena lavoura”, publicado na quinta edição do periódico, notícia que o Ministério da Agricultura, em nome do ministro Odilon Braga¹⁵, havia recentemente anunciado “uma série de favores aos pequenos agricultores, procurando, por esta maneira, desenvolver e aperfeiçoar a agricultura do país”. Aos agricultores que tivessem um terreno de condições e medidas específicas, o Ministério da Agricultura facilitaria a aquisição de uma série de instrumentos tecnológicos, a exemplo de “destocadores, arados, capinadeiras, ceifadeiras, debulhadores, secadores, estufas, etc., etc., por preços de custo e a prestações”. Dentro da esfera dos favores do Estado, ainda se afirmava que “o governo dará assistência técnica, ensinando a preparar terreno, escolher as sementes ou mudas, determinando os processos de cultura, adubação, trato, colheita e beneficiamento”. Logo, deveriam os lavradores registrar seu nome e suas propriedades no Ministério da Agricultura para então receber estas e outras denominadas “regalias”, “favores” e “benefícios”, e a SACJ

¹⁴ A referida obra de Apolinário Ternes, *História Econômica de Joinville*, publicada em 1986, foi um livro encomendado pela Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) em razão de seu aniversário de 75 anos.

¹⁵ Ver biografia em: < <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/odilon-duarte-braga> >. Acesso em: 31 de out. 2022.

se colocaria à disposição para o envio dos documentos ao ministério (AGRICULTURA, 1936, p. 01).

As referidas assistências do Estado para com os trabalhadores podem ser identificados por aquilo que Angela de Castro Gomes (2005, p. 180-181) chamou de “lógica simbólica da reciprocidade”, que entende e representa os benefícios sociais concedidos às classes trabalhadoras não como conquista ou reparação, mas, sim, como fruto de generosidades que implicam reciprocidade pelos gratificados. Isso não significava uma submissão integral dos trabalhadores ao Estado ou perda da construção classista dos primeiros, mas, sim, um pacto mútuo entre ambos onde ganhos materiais aos trabalhadores eram retribuídos e gratificados por meio de concessões de capital simbólico à um líder (no caso, Getúlio Vargas)¹⁶. Houve, portanto, ao longo do regime de Vargas, a construção de uma “ideologia da outorga”, em que os benefícios sociais eram apresentados aos trabalhadores como presentes do Estado antes mesmo que fossem reivindicados. Contudo, muitos desses benefícios foram catalisados das pautas dos movimentos de trabalhadores das décadas anteriores. Então, o discurso que atravessa o periódico *A Agricultura*, faz jus a essa mesma ideologia, pintando o Estado com uma imagem paternal e benevolente (GOMES, 2005, p. 181).

Em Joinville, bem como em todo o Brasil, durante a década de 1930, a preocupação com a vida escolar também se encontrava com as necessidades de disciplinar os hábitos de higiene da população para a melhora das suas condições de saúde. Os professores, nesse contexto, eram delegados de, além de lecionar, receitar remédios, fazer curativos, dar indicações de higiene às crianças e comunidade na qual ela estava inserida, entre outras funções. Inclusive, o trato com as doenças e a lavoura, a mando da inspetoria de ensino municipal, chegaram a fazer parte do currículo escolar da cidade (COSTA et alii, 2001, p. 71).

O *A Agricultura* buscava comunicar aos “pais lavradores” a respeito do que seus filhos vinham aprendendo na escola, com o intuito de que esses pudessem aderir às mesmas práticas que estavam sendo difundidas naquele espaço. Como se verifica na edição de 07 de novembro de 1935, a disciplina deveria se difundir em todos os membros que compunham a família do campo:

¹⁶ Essa lógica foi construída no processo de relação entre Estado e trabalhadores e viria a produzir resultados significativos após os anos 1940, em especial, na conjuntura da Segunda Grande Guerra, quando o regime de Vargas se viu na necessidade de renunciar seu forte caráter autoritário, mas, sem largar dos postos de poder. Para tal, não só o controle, mas a aderência dos movimentos sociais, em particular, dos sindicatos, que naquele momento voltavam ao cenário público, era necessário para legitimar esse novo “programa” do governo na nova conjuntura política. Portanto, visando a referida adesão, a partir de 1941, houve por parte do regime, o investimento num discurso ideológico de propaganda voltado para a classe trabalhadora, recorrendo ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para divulgar o projeto político do Estado Novo cunhado como uma “democracia social” (GOMES, 2005, p. 178-210).

Os lavradores devem aprender a conservar a saúde sua e de seus filhos. Peçam aos seus filhos o livrinho “Regras de saúde do Lavrador”, que os professores das escolas municipais devem possuir e ensinar aos alunos. Ali está explicado tudo o que devem fazer. A Diretoria de Higiene ou a Sociedade de Agricultura e os Postos Sanitários ruars dão todas as explicações praticas. Os fiscais de higiene rurais irão á casa dos lavradores guiar todos os serviços se forem requisitados. Experimentem os lavradores. Isso só lhes custará poucos dias de serviço. E em dois ou três anos hão de ver como as bichas e as febres desaparecem de sua casa e se tornam todos corados e fortes (AGRICULTURA, 1935a, p. 02).

Noutra seção do jornal, esse investimento político sobre os corpos dos moradores e trabalhadores do campo fica evidente de maneira cabal. Um pequeno escrito, similar à uma lista de regras que deveriam ser seguidas pelos lavradores “pobres” e pelos lavradores “ricos”, busca discriminar e difundir as práticas do trabalhador do campo ideal:

É lavrador pobre,

O que não trabalha todos os dias e perde tempo. O que não obriga a família ao trabalho diário. O que usa só enxada na lavoura. O que não quer ouvir os conselhos dos que sabem trabalhar ou são instruídos. O que é aleijado, velho ou enfermo incurável.

É lavrador rico,

O que gosta do trabalho e sabe aproveitar o tempo. O que tem ordem no serviço, é caprichoso e econômico. O que obriga a família a trabalhar com ele. O que trata da horta, legumes, galinhas, porcos e vacas ou cabras com leite, em cujo trato emprega o trabalho da mulher e dos filhos. O que usa arado, capinadeira e estrume em suas lavouras. O que ouve os conselhos dos homens instruídos e procura frequentar uma Sociedade de Agricultura como a nossa, sempre com vontade de servir os lavradores fracos (AGRICULTURA, 1935a, p. 04, grifo original).

A dicotomia do que levaria um lavrador a ser rico ou pobre é claramente didática. Apoiando-se em Foucault (1987), identificamos como se intui disciplinar o tempo dos lavradores, pois aquele que “não trabalha todos os dias e perde tempo” é pobre e é rico o “que gosta do trabalho e sabe aproveitar o tempo”; tempo que não deve ser desperdiçado, mas utilizado de forma eficiente, constituindo um tempo útil, aproveitando-o ao seu máximo para gerar retornos econômicos. Pobre é o lavrador “que não obriga a família ao trabalho diário” e rico é o “que obriga a família a trabalhar com ele”, distribuindo os indivíduos de forma eficiente, onde toda a família possa incorporar a disciplina, autovigiando-se, com seus corpos formando vários segmentos de um conjunto de produção articulado. É pobre o que “usa só enxada na lavoura” e não usa “arado, capinadeira e estrume em suas lavouras”, cumprindo além das demandas econômicas, a forma ideal de fazê-las, superando práticas consideradas atrasadas, a exemplo do trabalho com a enxada, aderindo ao que há de mais moderno, no caso, o arado, a capinadeira e o estrume. Visa-se disciplinar as práticas mais sutis da vida dos lavradores; a atenção é igualmente despendida aos mínimos detalhes do seu cotidiano, como a higiene, a saúde, organização e qualidade no exercício do trabalho e em como se deve gastar o que recebe: o lavrador pobre “é aleijado, velho ou enfermo incurável”, enquanto o lavrador rico “tem ordem no serviço, é caprichoso e econômico”. Ao cabo, permanecerá pobre o lavrador que “não quer

ouvir os conselhos dos que sabem trabalhar ou são instruídos”, mas rico torna-se aquele que “ouve os conselhos dos homens instruídos e procura frequentar uma Sociedade de Agricultura como a nossa, sempre com vontade de servir os lavradores fracos”, pois agregados e cercados numa entidade corporativista, estariam exercitando seu estado de sujeição e paulatinamente tornando-se cada vez mais dóceis; seus poderes políticos estariam sendo aos poucos dissociados de seus corpos, revertendo suas potências de revolta social para a produção econômica eficiente.

Em suma, os corpos dos lavradores pobres, ignorantes, atrasados, desleixados, fracos, bisonhos, incapazes e com costumes ancestrais, só poderiam se tornar úteis se fossem produtivos e submissos. O dispositivo e instrumento político periódico *A Agricultura*, buscava disciplinar os lavradores para um saber fazer não natural dos seus corpos, um saber de um trabalho submisso, higienizado e que usasse das ferramentas tecnológicas modernas. Além disso, usando-se da microfísica do poder, buscava-se também difundir e fazer incorporar ainda mais a disciplina para toda família dos lavradores, como mulher e filhos. Todos ali então exerceriam poderes uns sobre os outros, constituindo um núcleo de trabalho rural disciplinado e reprodutor dessa disciplina. O periódico se constituía como um instrumento político, cuidadosamente organizado, calculado e utilizado pela elite local, visando sujeição e controle de ordem física sobre corpos dos lavradores com a finalidade do progresso econômico, então entendido como modernização dos fatores de produção da lavoura.

Considerações finais

A *Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville* não foi um fenômeno consequente de circunstâncias “locais”, “regionais”, “isoladas” ou até mesmo “autônomas”. Impor a alcunha de “história local” a determinado passado, implica reconhecer uma série de relações de poder e disputas dentro do campo historiográfico, resultados das próprias condições de exercício de poder à disposição dos lugares sociais de produção da escrita histórica.

Desse modo, tentando não incorrer na produção de uma representação do passado menorizada, a análise seguiu, a partir das proposições de Cavalcanti (2018), na busca de entender a *dimensão local* da história, na tentativa de ensejar aproximações e distanciamentos com o contexto nacional. Com isso, quer-se dizer que a história dita local, quando produzida, não representa uma versão em miniatura, um desdobramento em escala atenuada ou mero anexo da história nacional (CAVALCANTI, 2018), mas uma sintonização do fenômeno de análise às macro dimensões. Além disso, apesar de aparentar ser um fenômeno de caráter eventual, ele se caracteriza por ser testemunha de “movimentos muito mais profundos e [...] anexa um tempo muito superior à sua própria duração” (BRAUDEL, 2014, p. 45).

Um principal fator que apontava a inserção de Joinville no contexto nacional, eram suas características fabris, observáveis na primeira metade do século XX. Arias Neto fez a crítica de que o processo de desenvolvimento urbano-industrial que ocorreu desde fins do século XIX em São Paulo, articulado à economia cafeeira e à dinâmica do capitalismo internacional, fez parecer para muitos que era lá que se passava a “História nacional” (ARIAS NETO, 2003, p. 193). Nesta forma de enxergar o processo histórico, se singulariza um único estrato temporal de experiência histórica de desenvolvimento capitalista brasileiro, silenciando outros modelos de desenvolvimentos urbano-industriais capitalistas de diferentes regiões do Brasil, como Joinville e Santa Catarina.

Assim sendo, nesse processo de modernização capitalista ressonante nos vários cantos do território nacional, a *Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville* e seu periódico *A Agricultura*, eram dispositivos investidores de disciplina sobre os corpos dos trabalhadores do campo, intuindo e promovendo a utopia modernizadora burguesa, recorrendo ao incentivo de práticas de higiene, emprego de instrumentos, formas de trabalho e de produtividade ditas modernas e substituidoras dos hábitos construídos como atrasados. Por outro lado, a visão dos setores dominantes do município, que imaginavam os trabalhadores rurais da cidade negativamente, ocorria em razão da produção agrícola dessa população rural não se sintonizar com as exigências mercadológicas do capitalismo comercial e industrial em processo de consolidação no período e ao referido horizonte burguês modernizador. A construção desse retrato dos lavradores, como sujeitos anacrônicos em seu próprio tempo, era necessária para pintar a imagem dos dirigentes do periódico como homens ilustrados, instruídos e práticos.

De todo modo, não se deve compreender essas adjetivações como fato ontológico, correspondente à realidade passada daqueles indivíduos. Faz-se necessário escová-las a contrapelo, questionando os motivos do discurso ordenar-se dessa maneira. Portanto, a construção dessa imagem intuía legitimar a exploração de uma classe sobre outra, visando afirmar-se em seu espaço de dominador político-econômico e abrir caminho para expectativas públicas de modernização e progresso que traziam no seu bojo mudanças no trabalho no campo.

A *Sociedade de Agricultura e Criação de Joinville* se expressou como uma entidade que continha continuidades com modelos de organização de trabalhadores propostas na Primeira República, mas, também, se configurou e atuou aos moldes da “estrutura sindical” corporativista implantada desde os primeiros anos do governo Vargas - contrariando, inclusive, a ideia de que o regime ignorou integralmente os trabalhadores do campo. Em síntese, o objetivo da entidade não era organizar os trabalhadores para uma luta e transformação social de viés

político e/ou econômico, mas, sim, para prestar-lhes assistência e conceder-lhes supostos benefícios.

Ao fim e ao cabo, permanece em aberto a questão de como as informações veiculadas pelo periódico foram recepcionadas pelos lavradores da cidade – em que medida foram internalizadas e/ou reapropriadas criativamente? –, tendo em vista que nenhuma das fontes analisadas permite afirmar algo a respeito desse tema. Majoritariamente, os documentos investigados expressam um único ponto de vista desse fragmento do passado: o de uma elite burguesa e sua visão extremamente negativa sobre os populares subalternizados.

REFERÊNCIAS

Primárias:

A **AGRICULTURA**. Joinville, 07 nov. 1935a. Disponível em: Hemeroteca Digital Catarinense.

A **AGRICULTURA**. Joinville, 22 fev. 1936. Disponível em: Hemeroteca Digital Catarinense.

A **AGRICULTURA**. Joinville, 24 dez. 1935b. Disponível em: Hemeroteca Digital Catarinense.

A **AGRICULTURA**. Joinville, 29 jul. 1935c. Disponível em: Hemeroteca Digital Catarinense.

ÁLBUM HISTÓRICO DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE: 1851 - 1951. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951. Disponível em: Biblioteca Universitária da Universidade da Região de Joinville - Univille.

A **NOTÍCIA**. Joinville, 12 mai. 1934. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Conselho Nacional de Estatística **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano V, 1939/1940. Disponível em: Biblioteca Digital do IBGE.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Município de Joinville**. 1938. 1 mapa. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

OLIVEIRA, João Acácio Gomes de. **Doutor João Acácio Gomes de Oliveira**: Entrevista oral [11 mai. 1982, Joinville]. Entrevistadores: Dúnia de Freitas Toaldo. Entrevista concedida à Coleção Nossos Prefeitos - Século XX. Disponível em: Acervo do Laboratório de História Oral da Universidade da Região de Joinville. Joinville, 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1922**. 25 jul. 1923. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1933**. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1934**. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1935**. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1936**. Joinville, mar. 1937. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Relatório de gestão municipal relativo ao exercício de 1938**. Disponível em: Arquivo Histórico de Joinville.

Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000. (Descobrimos o Brasil)

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinsburg; Tereza Cristina Silveira da Mota. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**, vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n.º 13, p. 272-292, 2018.

COSTA, Iara Andrade da. **A Cidade da Ordem: Tensões Sociais e Controle (1917-1943)**. Orientador: Euclides Marchi. 1996. 255 f. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

COSTA, Iara Andrade (Org.); GABARDO, Claudia Valéria Lopes; FREITAS, Dúnia Anjos de. PEDROSO, Gelta Madalena Jönck; MARTINS, José Carlos Eloy. **Tempos de educar: os caminhos da história do ensino na rede municipal de Joinville/SC: 1851/2000**. Joinville: Editora Univille, 2005.

DUARTE, Alana Fernandes. **Entre os roçados da Colônia e os arrozais da cidade: o cultivo do arroz e as transformações na paisagem de Joinville, SC**. Orientadora: Mariluci Neis Carelli. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

FAUSTO, Bóris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em perspectiva**. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Corpo e alma do Brasil)

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. Estrutura fundiária e concentração da propriedade da terra na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 50 n.º 3, p.485-512, jul./set, 2020.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Editora Letradágua, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998. (Série Princípios)

FONTOURA, Arselle Andrade. Aqui “jaz” um hospital. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (Org.). **Histórias de (I)migrantes: O cotidiano de uma cidade**. Joinville: Editora Univille, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20 ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 320 p.

GOULART FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 3 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer: as vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville**. Joinville: Editora Univille, 2008.

SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em perspectiva**. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (Corpo e alma do Brasil)

GRAMSCI, Antonio. Às margens da História. (História dos grupos sociais subalternos). In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, Volume 5. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. O Hospital no processo de modernização de Joinville. In.: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. **Instituição e Sociedade: A trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville 1852-1971**. 1a ed. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

HACKENHAAR, Clayton. **O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938**. Orientadora: Carla Brandalise. 2019. 276 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (História da vida privada no Brasil; 3)

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. 1. ed. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2013. *E-book*.

MEIRA, Roberta Barros. Reclamos da lavoura: A definição do programa de prioridades da indústria sacarina no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura. **História (São Paulo)**, v. 31, n.º 2, p. 338-357, jul./dez, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Agronomia e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. 204 p.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações**. Orientador: Armen Mamigonian. 1994. 189 f. (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas da UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 - 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. 2. ed. Joinville: Editora Meyer, 1986.

THOMPSON, E. P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALENTIM, Lairton. **Joinville, seus médicos e sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

WELCH, Clifford Andrew. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). Tradução Venceslau Alves de Souza. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

WENDLAND, Daniely. **Integralismo, Círculo Operário Católico e Sindicatos em Joinville (1931-1948)**. Orientador: Adriano Luiz Duarte. 2011. 244 p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.